

**MAGRU FLORIANO**

**SÉRIE ENSAIOS**  
**volume 3**

**SOCIOLOGIA**

**Editora Brisa Utópica**

MBSRJ-78



MAGRU FLORIANO

SÉRIE ENSAIOS  
Volume 3

# SOCIOLOGIA

BRISA UTÓPICA  
ITAJAÍ - 2004.

## SUMÁRIO

*TEXTO 1: Tentando entender os extremistas*

*TEXTO 2: Pós-modernidade e analfabetismo*

*TEXTO 3: O espaço público como testemunha da  
imposição da hegemonia política em uma  
sociedade oligárquica*

## TEXTO 1

### TENTANDO ENTENDER OS EXTREMISTAS

Eu não consigo entender como é que os radicais islâmicos chegaram ao ponto de jogar aviões contra o World Trade Center, nos Estados Unidos, naquele fatídico onze de setembro de 2001. Isso mesmo, eu não entendo. Quanto mais vejo as imagens transmitidas pela tevê, mais confuso fico. Acho que este sentimento de perplexidade deve estar machucando muitas outras pessoas, que como eu, sempre tinham respostas para tudo. Em onze de setembro, contudo, ficamos desorientados. Ficamos sem entender o mundo.

Diante desta sensação de impotência, resolvi estudar um pouco o assunto para tentar romper com este mal-estar que estava me corroendo por dentro como se fosse uma úlcera social. Pensei em começar a explicar o Talibã através de Sigmund Freud, que tem algumas obras analisando a questão da religião, ou Karl Marx outro pensador a quem se atribui o dom de tudo explicar. Mas, acabei me convencendo que o melhor era estudar o Talibã através de um enfoque menos usual e óbvio e fui atrás das explicações sobre religião oferecidas por dois clássicos da sociologia: Émile Durkheim e Max Weber.

Não sei se consegui responder a contento as minhas indagações iniciais sobre o episódio ocorrido nos Estados Unidos. De qualquer forma fica registrado o meu esforço de pesquisa no sentido de entender um pouquinho mais este mundo louco em que vivemos. Também posso estar correndo o risco de dizer besteira e até interpretando de forma indevida as ideias de Durkheim e Weber. Pode ser, quem sabe. De qualquer forma registrei minhas inquietações e estou passando esse texto adiante para iniciar um debate livre e democrático com os meus amigos.

#### ÉMILE DURKHEIM

Émile Durkheim parece ser o autor indicado para fazermos uma primeira reflexão sobre o que está acontecendo porque escreveu três livros que estão diretamente interligados sobre o tema que nos envolve neste momento. Escreveu **O Suicídio** onde relaciona a disposição da pessoa de tirar a própria vida à questões sociais; **Da Divisão Social do Trabalho**, onde estuda a questão da solidariedade e o desenvolvimento social; **As Formas Elementares da Vida Religiosa** onde busca entender a relação existente entre religião e desenvolvimento social.

a) **O Suicídio:** Como entender por que uma pessoa de meia-idade, com doutorado na Alemanha, técnico competente e requisitado, toma a decisão de matar cinco mil pessoas, inclusive a si mesma? No livro **O Suicídio** Durkheim estabelece que a decisão sobre o suicídio não é exclusivamente uma decisão pessoal, mas possui causas, motivações sociais. Quer dizer, o ambiente social é uma causa determinante para entendermos determinados tipos de suicídio.

Durkheim estabelece três tipos básicos de suicídio, a saber:

***Suicídio egoísta:** quando não estão integrados às instituições ou a redes sociais que regulam suas ações e lhes imprimam a disciplina e a ordem (como a família, a igreja, o trabalho), os indivíduos acabam tendo desejos infinitos que não podem satisfazer. Este egoísmo, quando frustrado, pode levar a ondas sociais de suicídio. Ele também pode ser constatado quando o indivíduo se desvincula de suas redes sociais, sofrendo com depressão, melancolia e outros sentimentos.*

***Suicídio altruísta:** praticado quando o indivíduo se identifica tanto com a coletividade, que é capaz de tirar sua vida por ela (mártires, kamikazes, honra, etc);*

***Suicídio anômico:** é aquele que se deve a um estado de desregramento social, no qual as normas estão ausentes ou perderam o sentido. Quando os laços que prendem os indivíduos aos grupos se afrouxam, esta crise social provoca o aumento da taxa de suicídios. (SELL, 2001, p.77)*

Fica evidente que os suicidas do World Trade Center estão enquadrados no tipo de Suicídio Altruísta. Quer dizer, movidos por uma profunda identidade com sua cultura e coletividade os terroristas resolvem doar suas vidas ao grupo. Não se trata, portanto, de considerá-los como loucos, senão teríamos de fazer o mesmo em relação à Gandhi, Che Guevara, Joana d'Arc e todos aqueles que colocaram o interesse coletivo à frente de seus interesses pessoais.

Os terroristas do Talibã não são loucos inconscientes, que devido à depressão ou desajuste social, por pura insanidade mental resolveram cometer um crime para aparecer na tevê, ou se vingar do mundo. Nada disso, muito pelo contrário. São pessoas normais, altamente integradas ao grupo e identificadas com sua cultura e valores. Cometeram o suicídio de forma racional, planejada, pensada. Possuem, portanto, plena consciência do seu ato, e domínio sobre a situação. O suicídio é algo pensado, planejado e desejado conscientemente.

Diferentemente de um ex-soldado americano que lutou na Guerra do Vietnã, que por questões de distúrbios psicológicos vira um franco-atirador dentro de uma escola ou *shopping center*, o suicida islâmico age motivado pela lógica, a razão. As razões de seu povo, sua comunidade. Para entendermos seu ato, então, temos de ir em busca dessas razões.

b) **Solidariedade:** Um ponto que poderá nos ajudar nesta busca pelas razões que levam uma pessoa altamente integrada ao seu grupo cometer suicídio pode estar na obra **A Divisão Social do Trabalho**, onde Durkheim trata da questão da solidariedade e o desenvolvimento social.

Para Durkheim, em seu processo de desenvolvimento a sociedade experimenta dois estágios bem diferenciados de solidariedade. Em um primeiro momento as pessoas se relacionam pelo modelo de SOLIDARIEDADE MECÂNICA, onde os indivíduos possuem pouca liberdade e a individualidade é algo precário, uma vez que a sociedade se impõe ao sujeito através da CONSCIÊNCIA COLETIVA. Quer dizer, nas sociedades estruturadas através da solidariedade mecânica, o pensamento geral, as regras e cultura do grupo predominam sobre os valores e lógicas internas do indivíduo. A Consciência Coletiva prevalece sobre a Consciência Individual. O grupo existe justamente porque as pessoas possuem afinidade de interesses, comportamentos e pensam do mesmo jeito. A sociedade é homogênea, com o grupo predominando sobre o sujeito, propiciando que haja uma grande semelhança no comportamento de todos os seus membros, anulando a subjetividade, identidade pessoal, liberdade e consciência individuais.

Estas sociedades são pouco desenvolvidas economicamente porque ainda não experimentaram o estágio da DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO e utilizam como recurso para manter o sujeito vinculado ao grupo, entre outras estruturas ideológicas, o DIREITO REPRESSIVO (onde predomina a punição) que é responsável em punir com rigor todo ato de violação às regras sociais. O direito daria o exemplo do que acontece com quem fere os princípios da Consciência Coletiva. Quanto mais desenvolvida a sociedade mas ela vai substituindo o Direito Repressivo pelo Direito Restitutivo (que tem como base reparar direitos, prevalecer a justiça e não reprimir por reprimir).

Outro ponto importante observado por Durkheim, nestas sociedades mantidas no estágio de solidariedade mecânica é que elas são SOCIEDADES SEGMENTADAS. Neste tipo de sociedade os grupos, aldeias, vivem em relativo isolamento, com um sistema social próprio com baixo nível de comunicação com grupos diferenciados. Sem o CONTATO SOCIAL com

diferentes culturas, quando uma aldeia tem aumento populacional significativo, ela gera outra aldeia, sem contudo trazer mudanças às características sociais. O novo grupo, aldeia, reproduz integralmente a Consciência Coletiva do grupo originário.

Para Durkheim a sociedade vai experimentar um processo de significativa evolução somente quando ocorrer em seu interior o fenômeno da especialização das funções, decorrente da **DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO**. Este novo processo de integração do indivíduo ao seu grupo apresenta-se como um novo tipo de solidariedade, a **SOLIDARIEDADE ORGÂNICA**, levando à constituição da **SOCIEDADE MODERNA**.

*Na sociedade de solidariedade orgânica, os indivíduos estão integrados na coletividade porque cada um passa a depender do outro. Este fenômeno se deve à especialização de funções, ou, à divisão social do trabalho. As sociedades modernas, portanto, são altamente diferenciadas, sendo que cada indivíduo exerce funções bem específicas que são vitais para o funcionamento do sistema social. Pense num padeiro que depende do fornecimento de trigo, que precisa ser transportado e assim por diante. (SELL, 2001, p. 74-5)*

Vai haver um aumento significativo da produção material de bens para consumo, ganho de individualidade, valorização da consciência individual e livre-arbítrio.

Então, enquanto na sociedade tradicional (Afeganistão) o indivíduo é mais um no grupo, na sociedade moderna (Estados Unidos, Brasil) o indivíduo é requisitado e idolatrado como aquele que sabe fazer algo essencial para os demais membros da sociedade. Ele é indispensável e cada um é especial para o grupo. Só que ao trocarmos a predominância da consciência coletiva pela divisão social do trabalho também acabamos entrando em um sistema onde acaba predominando o egoísmo, porque ao longo do tempo o sistema vai se desvirtuando porque “[...] o declínio da consciência coletiva e os anseios de liberdade podem levar a um excesso de egoísmo, colocar os indivíduos em choque entre eles e comprometer o bom funcionamento da sociedade.” Eis aí a crise dos tempos modernos, a crise da individualidade que se tornou individualismo.

c) **Religião:** na obra **As Formas Elementares da Vida Religiosa** Émile Durkheim considera que a religião costuma separar a realidade em duas esferas bem diferenciadas: a) esfera sagrada; b) esfera profana. A esfera sagrada vai ser integrada por um conjunto de aspectos cognitivos e culturais (crenças) e ações concretas, comportamentos, cerimônias, iniciações (ritos).

Quando uma pessoa consegue compartilhar suas crenças e ritos, ou seja sua religião, então surge a igreja.

Já na esfera profana, entra toda a atividade cotidiana, da vida prática da pessoa: economia, família, trabalho, lazer ...

## MAX WEBER

Max Weber em **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** buscou entender a origem do sistema capitalista e porque a sociedade moderna ocidental tornou-se extremamente racionalista. Para Max Weber a religião pode vir a se constituir em uma poderosa alavanca em termos de mudança social, porque interfere de forma decisiva no modo como as pessoas veem a vida e encaram os afazeres cotidianos. Ele distingue dois tipos básicos de religião: a) cosmocêntricas; b) teocêntricas.

a) **COSMOCÊNTRICAS:** as religiões orientais possuem uma visão de que a divindade faz parte do mundo, é o mundo em si. Deus não criou o cosmo, ele é o próprio cosmo, o universo. Assim o Taoísmo e o Confucionismo, por exemplo, vão ter uma visão positiva de mundo, exigindo da pessoa apenas que ela respeite o mundo como ele é, porque assim estará em sintonia com Deus, estará respeitando Deus. Como a pessoa não precisa lutar por sua salvação, acaba ficando passiva e submissa aos desígnios da natureza. Nesse sentido o capitalismo se torna inviável nestas sociedades, porque não se busca a salvação através do trabalho e indícios do favorecimento de Deus através do acúmulo de riqueza (lucro), como vai ocorrer em religiões teocêntricas protestantes.

b) **TEOCÊNTRICAS:** as religiões ocidentais geralmente possuem uma visão teocêntrica. Qual seja: Deus é o centro do universo, da vida, e por isso ele é uma entidade que existe para além do mundo (supra-mundo). Ele é o criador, logo existe para além do que pensou e criou. Seguindo este raciocínio, vamos chegar a uma imagem negativa de mundo, porque todo crente tem como ideal estar mais próximo possível de Deus. E isto não ocorre na terra, haverá, por exemplo, o dia do juízo final, céu e inferno, etc.

Aqui também entra o conceito de salvação e toda a filosofia em torno da morte. Quer dizer, o homem imperfeito tem de lutar para obter o direito de ficar eternamente ao lado de Deus.



Esta salvação pode ser obtida de duas formas 1) ASCESE - quando a pessoa se afasta da esfera mundana e procura um desenvolvimento total de sua relação com Deus, através do aperfeiçoamento de sua vida espiritual. Desconsidera as coisas do mundo e vive para sua espiritualidade, como é o caso de um monge; 2) ENGAJAMENTO – visa superar os males do mundo e a condição de imperfeição através da mobilização, da ação racional em busca de evidências que credencie a pessoa a merecer a salvação.

Assim, ao contrário dos monges, o capitalista protestante ao invés de se isolar do mundo, se engaja no mundo, através do trabalho para lutar por sua salvação. Então podemos concluir que *“O bom capitalista também é uma pessoa ascética. Mas a sua ascese é praticada no trabalho, ao qual ele se dedica com rigor e disciplina”*. (SELL, 2001, p. 119). Veja o que explicava Martinho Lutero a respeito de trabalho, lucro e salvação:

*Para Lutero, a salvação das pessoas não vinha do fato delas se retirarem do mundo para rezar, como faziam os monges católicos. Pelo contrário, quanto mais as pessoas aceitassem suas tarefas profissionais como um chamado de Deus (vocação) e as cumprissem com disciplina, mais aptas estariam para serem salvas.*(SELL, 2001, p. 119).

Então, segundo Max Weber, o que os pioneiros do capitalismo americano fizeram é muito próximo do que os terroristas do Talibã estão fazendo, qual seja: todos estão buscando a salvação. Catolicismo, protestantismo, judaísmo e islamismo, são todas religiões teocêntricas. As pessoas que querem se salvar, ou optam pelo isolamento total (monges) ou lutam na sociedade para conquistarem o direito a ter uma vida após a morte mais digna. Então, morrer por Alá é o correspondente Talibã do sacrifício que faz um rico capitalista em manter uma vida simples, regrada, ascética, apesar de ter riqueza suficiente para viver todos os prazeres materiais. Morrer por Alá e acumular riqueza através do trabalho tem equivalência. O radical islâmico e o capitalista protestante querem a salvação.

A diferença entre a quietude e isolamento do monge, a determinação capitalista pelo trabalho e o suicídio do jovem muçulmano do Talibã é nenhuma. Isto mesmo, todos querem uma vida melhor após a morte, ao lado de Deus ou Alá, e fazem absolutamente tudo o que está ao seu alcance para conseguir este objetivo. O monge se desvincula da vida mundana; o capitalista acumula riqueza, mas não a gasta, investe; o terrorista Talibã mata os filhos do *Grande Satã* (Estados Unidos).

Um bom exemplo de como os pioneiros do capitalismo norte-americano viam a sua atividade de acumular riqueza como uma ação concreta para agradar a Deus está na prática dos Calvinistas. Segundo este ramo protestante, somente Deus pode escolher quem será salvo ou não. E as pessoas no mundo já estão pré-destinadas. Como tudo depende de Deus, a única maneira de se saber se a pessoa está ou não incluída na lista dos eleitos por Deus, é através do **indício** do sucesso obtido em vida através do trabalho. Se a pessoa vai gradativamente melhorando sua condição econômica, na medida em que cumpre as regras de uma vida ascética, frugal, é um sinal divino de que a pessoa está realmente incluída entre os salvos. O sucesso econômico, portanto, é um indício da salvação, uma benção.

*O cristão está no mundo para glorificar a Deus, e deve fazê-lo trabalhando. Ora, acontece que o cristão que estiver reservado para ser salvo, vai levar uma vida disciplinada e cristã: o resultado só pode ser um enriquecimento de seus bens materiais. Mas, como bom cristão, ele não vai esbanjá-los em prazeres e em outras condutas consideradas desonestas. Pelo contrário, ele vai continuar trabalhando e aplicando seus recursos para obter mais lucratividade. O resultado é que, com o tempo, esta pessoa tornar-se-á muito rica. Tudo o que ela ganha é gasto somente com o necessário, sendo o resto aplicado na própria produção.* (SELL, 2001, p. 120).

## CONCLUSÃO

Então podemos dizer que, em diferentes graus de radicalidade, toda religião leva o indivíduo a ter uma mentalidade maniqueísta, que faz com que veja o mundo sempre dividido em dois polos opostos antagônicos, que se excluem, sem meio-termos. Os cristãos, por exemplo, acreditam que Deus e Jesus são cem por cento bons, enquanto o Diabo é cem por cento mau. E mais, a pessoa não pode agradar a dois senhores ao mesmo tempo, terá de decidir de que lado vai ficar, a que senhor vai servir, a Deus ou ao Diabo. Terá de escolher entre frio e quente, porque o morno não se aceita. Ao agradar o Diabo estará desagradando a Deus e vice-versa. Karl Marx vai utilizar este mesmo critério para a sociologia/filosofia quando analisa a sociedade capitalista e as classes sociais, dizendo que as classes possuem interesses antagônicos e estão em *Luta de Classes*. Quem agrada ao patrão, desagrada o trabalhador e vice-versa.

Temos de observar que, no caso específico dos suicidas, eles estão fazendo uma escolha racional, consciente, a partir de uma leitura radical dos preceitos religiosos. Estão optando pela

esfera sagrada em detrimento da esfera profana e levando esta escolha às últimas consequências. O ato de morrer e matar é um ato sagrado, que merecerá de Alá recompensas imensuráveis. Também é importante perceber que um terrorista ao separar o sagrado do profano e se ver como alguém que está agindo no plano do sagrado se sente uma pessoa iluminada, especial, e o fato de se sentir especial lhe trás motivação, coragem, etc. Pensa que a sua religião, a sua ideologia, a sua cultura é a correta, e o resto do mundo é impuro, profano, que tem de ser salvo, ou eliminado em nome de Deus e da verdade. Matar e morrer faz parte de um jogo cujo único objetivo é se salvar, e salvar os outros, perante Deus.

Foi o que os Jesuítas, por exemplo, fizeram no tempo da colonização com os nossos silvícolas e com os negros da África. O movimento das Cruzadas, na Idade Média, também teve no projeto salvacionista uma de suas principais motivações. Colocar uma pessoa na fogueira, por exemplo, para retirar do seu corpo a força demoníaca que ali habita, é algo extremamente necessário e desejável. A pessoa morria, mas a humanidade ficava livre do Diabo. Estavam todos salvos, quem morria na fogueira e quem acendia a fogueira em nome de Deus.

Para os cristãos, protestantes e islâmicos a recompensa virá só depois da morte, portanto, a verdadeira vida não é esta que vivemos aqui na terra, mas aquela que nos espera ao lado de Deus. Esta visão, querendo ou não seus adeptos, trás uma concepção negativa sobre a vida mundana e uma brecha para as ideias que pregam a morte como caminho para o verdadeiro reino de Deus, a verdadeira vida. A morte, então, deixa de ser problema para ser solução; deixa de ser evitada para ser procurada, desejada; deixa de ser o fim para ser início; tristeza para ser alegria; sofrimento para ser prazer. A morte é a porta do céu. Dependendo de quem interpreta este projeto salvacionista (de lutar na terra para se salvar, ser eleito para ficar ao lado de Deus após a morte) pode lhe conferir um maior, ou menor, teor de radicalidade.

O projeto salvacionista, portanto, pode passar pelo processo de acumular dinheiro explorando o trabalho de uma maioria despossuída que vive em estado material precário; apenas se retirar da vida mundana, levando uma vida de contemplação e reza em um mosteiro distanciado da civilização; ou, de forma mais radical, este projeto pode levar uma pessoa a lutar até a morte para impor à esfera profana os valores e conceitos estabelecidos na esfera sagrada.

Dependendo de quem ouve e de quem fala, podemos estabelecer um nível de poder e domínio, onde determinadas pessoas passam a se intitular intermediárias entre Deus e os homens, entre a esfera profana e a esfera sagrada, levando um determinado número de pessoas a agirem conforme seus preceitos religiosos. Osama Bin Laden aparece, portanto, como um guerreiro

enviado por Alá para enfrentar de forma destemida o *Grande Satã*, que são os Estados Unidos e a cultura ocidental moderna. Quando fala que está empreendendo uma *Guerra Santa*, quer dizer que não está lutando por questões que envolvem valores materiais, mas apenas e tão-somente está empreendendo uma guerra que visa estabelecer como princípio hegemônico, dominante, os valores sagrados.

Neste sentido, parece que as ideologias políticas também fazem o mesmo papel de levar seus adeptos ao maniqueísmo, na medida em que todo aquele que não confessa determinada ideologia está errado, e quem está incluído no grupo ideológico está sempre certo. O companheiro de ideologia está sempre certo, o inimigo ideológico está sempre errado. A verdade é exclusiva de uma ideologia. Os nazistas, comunistas, capitalistas estão convictos de que lutam pela verdade. (Os islâmicos também). Então estamos diante de pessoas convictas do que fazem, e o fazem com esmero e determinação porque sabem do quanto sua ação é correta e necessária para o bem da humanidade. Ninguém mata cinco mil pessoas pensando em prejudicar a humanidade ou ficar de mal com seu grupo, sua ideologia ou seu Deus.

Assim, podemos dizer que o Talibã, ao matar cinco mil pessoas nos Estados Unidos está pensando de forma “positiva”, no sentido de auxiliar o mundo a ficar um pouco melhor, salvando o mundo das forças demoníacas. O Talibã quer salvar os norte-americanos, assim como os brancos um dia resolveram salvar os silvícolas, selvagens e sem almas que habitavam a América. Os nazistas pensaram “positivamente” quando colocaram ciganos, homossexuais, deficientes físicos e mentais nas câmaras de gás, para dotarem a terra de uma raça pura, estabelecendo assim o reino da felicidade e da perfeição genética. Os Estados Unidos pensaram o mesmo quando jogaram as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, e mataram milhões de civis desarmados no Laos, Camboja, Vietnã ...

Pelo visto, então, o problema da humanidade é um problema de excesso de amor por ela. Todos querem ver o mundo um pouco melhor e estão prontos para morrer por sua verdade. A verdade de sua ideologia ou religião. Sendo assim, parece simples acabar com os males do mundo, é só retirar do dicionário a palavra VERDADE.

Outro ponto interessante de observarmos é que estamos diante de duas sociedades bem diferenciadas em seus estágios de desenvolvimento social e econômico. Enquanto os Estados Unidos vivenciam a modernidade, o Afeganistão ainda se encontra em um processo quase medieval, anterior à Divisão Social do Trabalho. E na medida em que uma sociedade, como no caso do Afeganistão, mantém sua lógica centrada na Consciência Coletiva, recusando

voluntariamente a modernidade da Divisão Social do Trabalho, também tem facilidade em padronizar o comportamento de seu povo e, por extensão, obter milhares de voluntários para morrer pelo grupo, não por insanidade ou repressão, mas por forte identidade e altruísmo.

Visando manter a Consciência Coletiva intacta é que o Talibã proibiu a televisão, o rádio e todo tipo de instrumento eletrônico que possibilitasse o contato com o exterior. E, visando desmanchar esta consciência que torna todos homogenizados é que os Estados Unidos jogaram milhares de rádios de pilha, junto com alimento, para os refugiados afegãos.

Assim, não sei mais o que pensar, porque estão todos certos. Estão todos querendo o bem da humanidade e/ou estão querendo ficar mais perto de Deus. E enquanto isto não acontece, se matam. Nazistas matam ciganos, norte-americanos matam vietcongues, comunistas matam capitalistas, islâmicos matam cristãos, e cristãos ortodoxos matam cristãos católicos ... Será, afinal, o que Deus pensa sobre isso?

**Livro base de consulta: SELL, Carlos Eduardo. SOCIOLOGIA CLÁSSICA. Itajaí: Edifurb/Univali, 2001.**

## TEXTO 2

### PÓS-MODERNIDADE E ANALFABETISMO

#### RESUMO:

O presente artigo busca, a partir das ideias de Hugo Assmann, discutir o conceito de analfabetismo em uma sociedade pós-moderna. Nesse sentido, reflete sobre os “Aparelhos Ideológicos de Estado” e as novas funções sociais exercidas pela **escola** e **mass-media** à luz da realidade sócio-econômica brasileira. Considera que a família passará a ter uma posição secundária no processo educacional e defende o uso do videogame, entre outras tecnologias egoístas, como instrumentos eficientes na luta contra o analfabetismo.

Vivemos um tempo de transformações rápidas e profundas, oriundas da incorporação de novas tecnologias pelo sistema produtivo. Como decorrência dessas mudanças que vem ocorrendo desde a década de sessenta na base das relações de produção assistimos, perplexos, a mudanças extraordinárias também na superestrutura da sociedade, que obrigam instituições como a *escola*, *família*, *igreja* e os *Meios de Comunicação* a repensarem seus papéis sociais.

Este movimento de mudança nos papéis sociais das instituições faz com que nos dias de hoje nos deparemos principalmente com uma crescente valorização das ações empreendidas pelo *Sistema Educacional* e os *Meios de Comunicação de Massa*, em detrimento de instituições até então hegemônicas, como é o caso da *igreja* e da *família*.

Como evidencia Louis Althusser, na sua teoria sobre os Aparelhos de Estado (Ideológicos e Repressivos), a **modernidade** deslocou o eixo formativo do ser humano, antes centrado nos pilares institucionais *família-igreja*, para um novo eixo estabelecido a partir da *família* e da *escola*. Isto significa dizer que a modernidade, gradativamente, foi secularizando a sociedade, possibilitando uma visão mais científica do que metafísica de mundo (SOUZA PATTO, 1987: 40).

Uma leitura Althusseriana da **pós-modernidade** poderia nos levar, por exemplo, a deslocar o eixo central do poder social, colocando como pilares da sociedade as instituições **Escola-Meios de Comunicação de Massa**. Assim como na *modernidade* a *igreja* perdeu sua capacidade de impor-se como instituição hegemônica, a *família* na *Pós-modernidade* é deslocada

para uma esfera secundária de poder, abrindo espaço para a escola como instituição hegemônica na formação do ser social, em combinação com os *Meios de Comunicação de Massa*.

Podemos observar que a família vem sistematicamente se desincumbindo de tarefas e funções até então consideradas como obrigações de sua exclusiva responsabilidade, que vão desde alimentar e vestir a criança, até dar assistência, carinho e afeto. Na medida em que o tempo na escola vai ficando maior do que o tempo em casa (que não quer dizer obrigatoriamente um tempo que a criança está em família, uma vez que ela pode estar na rua brincando ou dentro da própria casa vendo televisão e utilizando outras mídias egoístas) a sociedade vai retirando da família a função educativa e lhe impondo um papel de figurante em todo o processo de construção da criança como ser social.

Isto não significa dizer, contudo, que a *família* acabou. Em absoluto. Assim como a *igreja* não morreu ao perder sua hegemonia a *família* ainda tem grande poder social. Quando a sociedade passou da agricultura para a indústria, a agricultura não foi abandonada. Quando foi inventado o automóvel, a bicicleta não foi abandonada. Aliás, nunca se usou tanto a bicicleta como nos dias de hoje. O mesmo vale para a igreja e para a família. Apesar de estarmos assistindo a um aumento substantivo de novas igrejas evangélicas no Brasil e a tomada dos meios de comunicação por essas religiões e igrejas, não podemos deixar de considerar que cada vez mais o poder político dessas instituições vem decaindo substancialmente. Até a primeira metade do século XX o padre era uma autoridade inquestionável na sociedade brasileira, hoje ele é apenas mais uma autoridade entre muitas autoridades civis e militares.

A *pós-modernidade* que eleva a *escola* e os *Meios de Comunicação de Massa* à condição de instituições hegemônicas no processo de formação do ser social requer dos profissionais da comunicação e da educação muito mais competência técnica, mas, especialmente, requer que ambos sejam competentes como agentes sociais porque agora nestes tempos de globalização a responsabilidade junto à sociedade é imensamente maior.

## 1 - ELABORANDO UM CONCEITO SOBRE ANALFABETISMO

### 1.1 – Analfabetismo e modernidade

No senso comum, analfabeta é aquela pessoa que não sabe o alfabeto, que não tem a capacidade de ler ou escrever. Aplicando o conceito nestes termos, durante décadas o governo

ditatorial, através de projetos como o conhecido MOBRAL falseou a realidade educacional brasileira, apresentando estatísticas extraordinárias sobre o avanço da alfabetização no Brasil. Na época quem conseguia ler o alfabeto e desenhar seu próprio nome já estava promovido à categoria dos alfabetizados podendo, inclusive, votar e ser votado.

Desfeita a farsa educacional dos tempos do MOBRAL novos tempos nos levaram a estabelecer vários tipos e graus de analfabetismo. Em um primeiro nível está o **analfabeto tradicional**, aquele que não chegou a frequentar qualquer instituição escolar ou receber formação particular e, por este motivo, não tem condições sequer de identificar o alfabeto e escrever seu próprio nome. O censo do IBGE do ano de 1996 indica que 13,6 % da população brasileira que está na faixa etária acima de dez anos possui menos de um ano de instrução escolar. Segundo a Folha de São Paulo (1997: 01) *“A porcentagem representa um contingente de 16,9 milhões de habitantes que, na data da realização do censo, ou nunca haviam frequentado a escola, ou o fizeram por menos de um ano”*.

Em um segundo nível está o **analfabeto funcional**. Este conceito é centrado na ideia de que uma pessoa inicia o processo de fixar o aprendizado após os quatro primeiros anos de escolaridade, por isso todas aquelas que possuem mais de quinze anos e não cursaram pelos menos esse ciclo básico, devem ser consideradas como analfabetas. O Brasil possui mais analfabetos funcionais do que países vizinhos com menor desempenho econômico. O IBGE estima que algo em torno de 35 % da população brasileira pode ser enquadrada como analfabeta funcional.

Longe da discussão sobre conceitos, a realidade é madrastra. No Brasil, segundo estudo divulgado pelo IBOPE em 2004, 41% da população não tem o hábito de escrever, 38% não lê jornal ao menos uma vez por semana, e 37% não lê no ambiente de trabalho. Se considerar o leitor por nível de entendimento do que está escrito a situação não é menos pior: 34% dos brasileiros conseguem compreender textos curtos e anúncios; 37% consegue ler e compreender textos um pouco mais extensos, como pequenas reportagens de jornal; 29% dos brasileiros conseguem ler e compreender textos longos e realizam inferências, estabelecendo relações entre os diversos elementos, como títulos e subtítulos. Quer dizer, dos tecnicamente alfabetizados só uma minoria de 29% pode ser considerada efetivamente alfabetizada.

Contudo essa disparidade entre escolaridade e entendimento da escrita não é privilégio do ensino brasileiro, apenas a realidade aqui é mais gritante, extremada. Segundo dados divulgados no relatório de desenvolvimento da ONU de 1998, apesar de muitos países desenvolvimentos



alardearem índices de 100% de alfabetização, quando o texto deixa de ser assinar/desenhar seu nome e passa a cobrar do aluno o entendimento sobre o texto lido os índices são assustadores. Segundo a ONU na Suécia, de cada cem alunos apenas 32 conseguem ler e entender textos complexos. Esse número cai para apenas 23 no Canadá, 21 nos Estados Unidos da América, 17 na Inglaterra e 15 na Holanda.

Matéria veiculada na Folha de São Paulo do dia 21 de novembro de 2002 com o título **Jovens dos EUA não acham Iraque no mapa**, diz estudo, é um bom exemplo do que está acontecendo com a escola e nosso conceito de alfabetização:

*“ Os jovens americanos têm mais familiaridade com a localização das ilhas onde se passa a série de TV Survivor do que com a do Iraque... apesar dos preparativos para uma possível ofensiva americana para derrubar o ditador iraquiano, Saddam Hussein, apenas 1 em cada 7 americanos (cerca de 13%) soube indicar no mapa onde fica o Iraque.”(pág.A15- Mundo).*

É o analfabetismo na sua expressão máxima: a alienação.

## 1.2 - Analfabetismo e pós-modernidade

Portanto, podemos afirmar que estes conceitos foram elaborados a partir de uma lógica do mundo moderno. A Sociedade do Conhecimento exige uma formação muito mais elaborada dos agentes sociais, estabelecendo uma tendência cada vez mais acentuada de se adotar um conceito de analfabetismo mais amplo, conciliando os aspectos sociológicos aos técnicos. Isto significa dizer que o conceito de analfabeto passa a contemplar outros fatores que não apenas o tempo que a pessoa passou na escola, ou se sabe ler e escrever.

Um indicativo desta visão sociológica do analfabetismo é apresentado no texto do dramaturgo Bertold Brecht:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra [...] (Apud FLORIANO, 1997: 36).

A pós-modernidade amplia ainda mais esse conceito apresentado por Bertold Brecht, considerando três tipos de processos de alfabetização pelos quais uma pessoa tem de passar para ser considerada realmente alfabetizada para viver no mundo descortinado pela Sociedade do

Conhecimento, ou seja: a alfabetização do ler e escrever, a alfabetização sócio-cultural e, por último, a alfabetização científico- tecnológica.

Hugo Assmann no livro intitulado *Metáforas Novas Para Reencantar a Educação - epistemologia e didática* promove um esforço no sentido de especificar o que considera como uma “nova configuração epistêmica do agir pedagógico” que deve desaguar no conceito mais ampliado de alfabetização. O autor considera três eixos de problematização: “O primeiro eixo está integrado por tudo aquilo que há de novidades científicas acerca das formas em que se processa o conhecimento em seres vivos”. (1996: 116). Esse primeiro eixo está composto pelos conhecimentos oriundos das biociências, das ciências cognitivas, dos estudos avançados sobre mente / cérebro e a relação dialética entre processos vitais e processos cognitivos.

“O segundo eixo está formado pelos novos espaços organizativos possibilitados pelos recursos científico-tecnológicos etiquetados como inteligência artificial, vida artificial e cibernética de segunda ordem” (1996: 117) e o que eles representam no processo educacional, como meios auxiliares conectados diretamente no ambiente, quer seja através de computadores, vídeo, TV e Internet. Aqui o autor apressa-se em afirmar que não se trata apenas do fato da escola incorporar novas tecnologias à sala de aula, como o computador, mas é todo um processo que demanda uma nova ecologia cognitiva, uma mudança radical no ambiente onde está sendo gestado o conhecimento.

“O terceiro eixo está constituído pela nova cultura da aprendizagem que surge na sociedade do conhecimento” (1996: 117). Aqui anuncia-se uma nova cultura da aprendizagem que está centrada na ideia de flexibilidade e inovação do pensar. O clima organizacional, tanto da sociedade de um modo geral, como na escola de uma forma específica, já está apresentando mudanças significativas nesse sentido, possibilitando novas relações no processo educativo, onde o aluno é o produtor do conhecimento e não apenas seu reservatório final.

Se tomamos a sério os três eixos referidos, para tornar-se alfabetizado na condição pós-moderna não basta aprender a ler e escrever. Alfabetizar-se implica que a pessoa possa viver experiências cognitivas que a habilitem para ser criativa, tomar iniciativas e desfrutar das oportunidades oferecidas por contextos cognitivos característicos das sociedades de hoje. Há tempos que se distinguem três tipos de [...] alfabetização: a alfabetização mínima da lecto-escrita, a alfabetização cultural (conceito que alguns definem como a capacidade sócio-cultural para tomar iniciativas, por exemplo, numa economia de mercado) e a alfabetização científico-tecnológica, ou seja, a habilidade de mexer com uma série de máquinas modernas [...] (1996: 117-8)

Se o Brasil possui 35 % de Analfabetos funcionais, quantos seriam os Analfabetos Políticos? E os Analfabetos Tecnológicos? Por não ter formação suficiente, apesar de ter dinheiro

para comprar todos os equipamentos eletro-eletrônicos que incorporaram as mais novas descobertas científicas, o brasileiro (classe média e alta) acaba pagando por um produto que não utiliza. Quando um consumidor brasileiro vai a uma loja e adquire um vídeo-cassete ele paga um preço mais alto para poder adquirir a última novidade existente no mercado. Em casa, contudo, usa apenas os recursos mais óbvios e fáceis de serem entendidos em um primeiro momento, deixando de utilizar cerca de 60 % da tecnologia que está à sua disposição, e que fez o seu equipamento ter um preço infinitamente maior. Quer dizer que está pagando mas não está usando por pura falta de conhecimento.

Como extensão desse analfabetismo tecnológico existente em nossa sociedade a escola brasileira também padece dos mesmos males. Mesmo que a administração coloque à disposição do professor as mais diversas tecnologias o uso dessas tecnologias em sala de aula é extremamente limitado. O vídeo-cassete é bom exemplo desse problema. Quando uma professora usa o vídeo em sala todos, inclusive a própria professora, olham para a televisão como forma de entretenimento, como se estivessem assistindo televisão em sua própria casa. Televisão e vídeo na sala de aula são apenas entretenimento. A maioria absoluta dos professores brasileiros não tem preparo técnico para utilizar pedagogicamente a tecnologia. Aqui a tecnologia passa a ser problema, ao invés de ser instrumento na busca de soluções efetivas.

Na questão da tecnologia, portanto, podemos nos defrontar com uma situação bastante peculiar. Corremos o risco de vermos analfabetos ensinando analfabetos. Mas o problema pode ser ainda mais sério, na medida em que um adulto analfabeto tecnológico deparar-se com uma criança alfabetizada tecnologicamente. Se este adulto é daqueles que possuem o conceito tradicional de educação do tipo “o professor é o que sabe e ensina, o aluno é aquele que não sabe e aprende”, as relações em sala de aula realmente podem levar a um enfrentamento problemático e nada pedagógico entre aluno e professor.

O professor não tem percebido que apesar da escola não estar oferecendo uma alfabetização tecnológica adequada à criança ela, por conta própria (mesmo que de forma precária e assistemática), está buscando esta formação através de outros mecanismos postos à sua disposição no cotidiano. Enquanto a escola insiste em falar mal do vídeo-game, por exemplo, a criança utiliza esse instrumento para se atualizar tecnologicamente, para aprender a lógica que envolve todos os circuitos eletrônicos, de decifrar a lógica do *hardware* e *software*. Mais do que isso, a criança utiliza o video-game para assimilar o *timing* das máquinas. Toda tecnologia exige que você apreenda o seu “tempo” exato, algo sutil que faz a diferença em seu controle e uso. As

vantagens pedagógicas do uso do vídeo-game pela criança são tantas que parece até redundante insistir na ideia de que ele deve fazer parte do dia-a-dia da escola.

O mesmo ocorre no campo político. Diretores e professores insistem em ver a organização estudantil como um movimento de meia dúzia de baderneiros e alunos problemas e não conseguem perceber que é nos corredores, fora da sala de aula, colando cartazes, aprendendo a reivindicar, aprendendo a falar em público, aprendendo principalmente a enfrentar uma força antagônica que o aluno se forma como agente social. A maioria das escolas não estimula a organização discente e coloca no currículo disciplina de incentivo à cidadania onde um professor promove discursos regulares sobre participação e obrigações de um cidadão para com sua comunidade. Assim como o vídeo-game é um sério e eficiente instrumento de alfabetização tecnológica para as crianças, o movimento estudantil é o fundamento da alfabetização política dos jovens.

É interessante perceber que a própria escola que tem a função de formar o agente social, de alfabetizar a pessoa para torná-la cidadã, não consegue ver-se como uma instituição cujo conceito de educação é extremamente antiquado e obsoleto, que não condiz mais com as exigências que a pós-modernidade está impondo historicamente a todos os cidadãos. A mentalidade reinante na escola sobre movimento estudantil ainda é aquela do tempo da ditadura, e o conceito de vídeo-game é aquele que coloca este importante instrumento de alfabetização como uma máquina alienante e desvirtuadora do processo educacional de uma criança.

A *Micro Prose* lançou no mercado brasileiro recentemente um *game* para computadores multimídia intitulado *Sid Meier's Civilization II*. O Manual de instrução desse jogo de estratégia possui exatas 186 páginas e vem acompanhado de um mapa com um fluxograma de uma complexidade extraordinária, além de nove tabelas onde o jogador pode calcular o tamanho de sua unidade militar, o custo de um ataque, examinar as características de cada unidade militar, os pré-requisitos para que ela entre em ação e se ela está obsoleta em relação a uma nova tecnologia que o inimigo já possui. O jogo ensina a criança a negociar com o adversário e principalmente, a estabelecer planos estratégicos. Importante: apesar de não haver lutas diretas, com imagens violentas, o jogo é um sucesso entre crianças a partir da idade de oito anos.

Quando a escola vê um aluno tendo sérios problemas de aprendizado de um conteúdo de baixa complexidade, não percebe que o problema nem sempre está vinculado diretamente à sua capacidade mental. Esse mesmo aluno ao ouvir o sinal para o recreio tira de sua pasta um baralho de RPG intitulado de *Magic – The Gathering* contendo um número de quarenta a oitenta cartas.

Cada carta tem um valor de troca e um valor de uso diferenciado, e como é um jogo estratégico o simples movimento de trocar uma carta com um companheiro, ou escolher as cartas que vão pertencer ao baralho oficial de jogo e as que vão ficar na reserva para troca, já demanda uma extraordinária capacidade mental.

## 2 – CONCLUSÃO

Quando se fala que o conceito de analfabetismo deve ser ampliado para dar conta das exigências impostas pelas novas relações estabelecidas no sistema produtivo mediante a aplicação sistemática de novas tecnologias é evidente que se deve tomar o cuidado de manter o máximo possível os pés no chão, não deixar de considerar a realidade existente no Brasil e suas especificidades. Toda a visão de uma Sociedade do Conhecimento, da Pós-Modernidade, não pode perder de vista a complexidade ideológica de todo o processo que hoje vivenciamos no tempo do neoliberalismo, com a globalização da economia e a qualidade total para satisfazer uma elite que tem como fundamento ético a exclusão e o descarte social da maioria.

Isso significa dizer que podemos e devemos vislumbrar um Brasil onde as pessoas recebam uma educação de qualidade. É permitido sonhar com um país mais justo, mais humano. Mas, não podemos esquecer que 59 % da população brasileira forma uma classe de excluídos, que sequer ainda conquistou o direito à cidadania professada pela modernidade e sequer chegou a usufruir da alfabetização mínima proposta pelo sistema educacional moderno. A maioria dos brasileiros não conquistou a modernidade, por isso, temos de tomar muito cuidado para, ao vislumbrar a pós-modernidade, não esquecer de que a realidade se faz nos atos simples de um cotidiano que não tem a obrigação de confirmar nossos sonhos e utopias. Porém, o nosso passado não pode nos condenar a não termos futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação – epistemologia e didática**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- FLORIANO, Hélio. **Apostila de sociologia**, Itajaí, segundo semestre de 1997.(mimeo).
- TOLEDO, José Roberto de. Excluídos são 59 % da população do país. **Folha de São Paulo**, 13 de jun. 1997.
- SOUZA PATTO, Maria Helena. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: Quieiroz, 1987.

### TEXTO 3

## O ESPAÇO PÚBLICO COMO TESTEMUNHA DA IMPOSIÇÃO DA HEGEMONIA POLÍTICA EM UMA SOCIEDADE OLIGÁRQUICA

Travar um diálogo com as inscrições que definem o espaço urbano não é tão simples quanto possa parecer [...] as cidades atualizam-se permanentemente, e seus monumentos – desde os mais antigos até os erguidos no ano passado – compõem uma arena. Os espaços públicos ganham contorno na memória coletiva e, assim, podem dar a falsa impressão de unidade. As tensões presentes na composição das representações não escapam à dinâmica das forças sociais de cada município/localidade.

(JOSÉ ROBERTO SEVERINO)

Nossa história é feita muito mais de esquecimentos do que de lembranças. Mas, não é um esquecimento por lapso de memória e sim pela intenção política de excluir, privilegiar, selecionar. Esta exclusão intencional da história possibilita elencar como fatos relevantes e, portanto, dignos de serem estudados e registrados tão-somente os feitos da elite dominante, transformando a memória coletiva em mais um dos elementos manipulados ideologicamente em favor do domínio político e econômico de uma minoria.

Esta estratégia da elite dominante de excluir da memória coletiva os vencidos, os dominados (mesmo que representantes da maioria e agentes históricos relevantes), é bastante visível no espaço público através da denominação de ruas, avenidas, prédios, praças, pontes, escolas, teatros, hospitais, etc. O processo de denominação de obras públicas revela com muita nitidez a dialética da dominação: enquanto que por um lado lembra os nomes e feitos da minoria dominante; por outro, omite propositadamente os nomes e feitos dos verdadeiros agentes sociais, integrantes da maioria dominada ou até mesmo de minorias esclarecidas que se puseram ao lado desta maioria explorada. Também há uma hierarquia estabelecida entre elites, onde o grupo mais forte ocupa o espaço central, deixando para os vencidos e coadjuvantes o espaço periférico.

Este assunto que a primeira vista parece apenas simbólico e sem maior expressão política mereceu, por exemplo, a atenção toda especial dos novos donos do poder ao cair a monarquia. Conforme nos conta Marcos Konder em seu livro *A Pequena Pátria*, primeiro os republicanos trocaram os nomes das ruas e depois trataram de promulgar a primeira lei criando novos impostos:

*A posse dos novos intendentos nomeados pelo governo provisório teve lugar no dia 18 de janeiro de 1890, [...], o primeiro ato dos republicanos foi substituir a denominação de certas ruas: a rua Conde d'Eu a chamar-se Lauro Muller; a Pedro Segundo, 15 de Novembro, e a do Sacramento, 13 de Maio. A primeira lei da nova Intendência foi a criação de um imposto de 2% sobre os gêneros exportados e de 1% sobre a importação.” (1982: Pág. 82)*

Promovendo um exercício de visualização desta ocupação geo-política devemos considerar como “marco zero” a Igreja Matriz nova (o marco zero original é o Bairro Barra do Rio, enquanto o marco zero recolhido oficialmente é a Praça no entorno da Igreja Imaculada Conceição - Praça Vidal Ramos). Do alto da Igreja do Santíssimo Sacramento os anjos contemplam a cidade e as avenidas que servem de artérias por onde escoam a vida itajaiense. Vamos considerar, portanto, a Igreja Matriz como o espaço mais valorizado, o epicentro de nossa comunidade. Sendo assim, quanto mais perto da Matriz mais importante é o espaço. Em contrapartida, quanto mais distante da Matriz menos importante e cobiçado é o espaço público.

### Esquecimentos

Por incrível que pareça, não são poucos esses esquecimentos históricos. Nativos autóctones, negros, trabalhadores rurais e urbanos, líderes sindicais, pescadores, entre tantos outros agentes sociais que contribuíram de forma decisiva para a construção da cidade são sistematicamente esquecidos. E esse processo se dá, inclusive, na disputa da hegemonia entre os próprios grupos dominantes, com um grupo tentando se sobrepor ao outro: os republicanos se impondo aos monarquistas, os de direita se impondo aos de esquerda, a oligarquia Konder se sobrepondo as oligarquias Muller e Pereira Liberato.

Assim, enquanto a política de valorização do patrimônio histórico da cidade de Itajaí luta pela preservação das Casas Konder, Malburg e Lins, a casa de Agostinho Alves Ramos há muito foi demolida. Enquanto Irineu Bornhausen ganha um novo busto na praça que leva seu nome em frente à Igreja Matriz, as placas de bronze que homenageavam os nativos, primeiros colonizadores, Agostinho Alves Ramos e Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, localizadas a menos de duzentos metros dali, foram roubadas, restando apenas alguns furos no obelisco de granito. Enquanto Marcos Konder tem seu busto colocado na entrada da principal rua da cidade (Hercílio Luz) a Praça Getúlio Vargas é eliminada, abrindo mais espaço para o terminal de *containers* do Porto de Itajaí – e seu busto foi transferido para a Praça Primeiro de Maio, na Vila Operária, sem que o espaço fosse remodelado arquitetonicamente. Na transferência do busto de Marcos Konder ocorreu toda uma reurbanização da Rua Hercílio Luz, que deu destaque ao seu busto. Na transferência do busto de Getúlio Vargas houve tão-somente uma

arrumação. Livraram-se de um problema: a Praça Getúlio Vargas estava no caminho do progresso do Porto, o que não deixa de ser uma grande ironia histórica.

## Nativos

Mas os colonizadores e fundadores de Itajaí não foram os primeiros esquecidos pela história oficial e pelas políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Os primeiros esquecidos foram os nativos silvícolas, primeiros povoadores da região:

*Quando os primeiros moradores vieram se fixar nas terras junto da foz do rio Itajaí-açu, os indígenas ainda faziam frente à ocupação das mesmas; terras que o homem branco pouco a pouco lhes foi tomando.*

*Estes índios eram os botocudos – do grupo tapuia e hoje conhecidos por Kaigangues – que do interior do Vale atacavam os moradores para matar ou roubar-lhes.*

*[...] Da antiga presença dos índios em nossas terras, hoje só nos resta sua lembrança nos nomes de alguns lugares do município: Canhanduba, Itaipava, Ariribá, Guaraponga e nosso nome – Itajaí .* (D'ÁVILA, 1982, p.21).

Este então é o primeiro grande esquecimento. A história oficial esqueceu dos nativos. Darcy Ribeiro no livro *O Povo Brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil* registra este esquecimento histórico de forma generalizada: *Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte ...*. Depois desta constatação do domínio branco sobre os nativos originais conclui de forma pessimista: *“Reconstituir esse processo [...] Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor”*. (1995, p.30).

Só para se ter uma ideia da dimensão da política pública quanto à cultura indígena em nossa cidade, na década de oitenta foi descoberto um sítio arqueológico nas terras do Iate Clube Cabeçudas e o material recolhido não se encontra no Museu Histórico de Itajaí. No último ano do Segundo Governo Bellini (2004) foi anunciada a restauração da Estação Ferroviária Engenheiro Veneza, na Itaipava, onde deveria ser abrigado o futuro Museu da Memória Indígena, a ser mantido pela Fundação Genésio Miranda Lins. Passados alguns anos e instalado efetivamente o Museu, qual o acervo que temos lá? Absolutamente quase nada dos nossos nativos, apesar de termos cinco sítios arqueológicos conhecidos no Município. Conhecidos e abandonados. O maior indianista de Itajaí, Joca Brandão, cedeu sua volumosa coleção de apetrechos ao museu de Azambuja, na cidade vizinha de Brusque. Os objetos encontrados nos sítios de Cabeçudas foram



para Florianópolis e Balneário Camboriú. A história de Itajaí “esquece” por completo dos nativos, o resto é demagogia.

### **Faiscadores, pescadores, lavradores, carpinteiros de ribeira ...**

O segundo esquecimento se deu com uma leva incontável de homens brancos que aqui se fixaram em busca de uma vida melhor, como é o caso do faiscador de ouro João Dias de Arzão, que apesar de ser o primeiro proprietário de uma sesmaria nas margens do Itajaí-açu nunca recebeu o título de fundador ou colonizador da cidade de Itajaí. Chegou por aqui em 1658 e permaneceu na região muito mais tempo do que Vasconcelos Drummond, por exemplo. Acontece que Arzão era quase um “Zé Ninguém” enquanto que Drummond era filho de família tradicional do Rio de Janeiro, vinculado ao grupo político dos Irmãos Andrada, que na época lutava pela independência do Brasil.

Assim, enquanto João Dias de Arzão não mereceu sequer uma placa de bronze em um obelisco, Vasconcelos Drummond mereceu um pouco mais de atenção das autoridades que colocaram seu nome em uma placa de bronze em obelisco localizado defronte à Igreja Matriz (roubada recentemente); o nome de um conceituado clube recreativo (Clube Caça e Tiro Vasconcelos Drummond), localizado ao lado da Univali; bem como o nome da rua que dá acesso ao cume do Morro da Cruz, um dos cartões postais da cidade. Aqui cabe um parenteses: o nome de Drummond serviu inicialmente para denominar a avenida central da cidade que hoje recebe o nome de Avenida Marcos Konder. Ele foi empurrado para uma rua secundária, mas jamais esquecido. O deslocamento para uma área menos nobre deveu-se à uma orientação de governo pró-Konder, liderada pelo historiador Edison d’Ávila – homem influente nos governos de Amílcar Gazaniga a Jandir Bellini [exceptuando-se o governo petista liderado por Volnei Morastoni].

Enquanto Arzão passa à história como apenas um aventureiro que vem para a região em busca de fortuna fácil, Drummond passa à história como fundador de Itajaí. Como na verdade ele praticamente não deixa nada de consistente no local, resolve-se dividir os méritos da criação da cidade entre Vasconcelos Drummond e Agostinho Alves Ramos, comerciante português, proprietário de terras no Centro, Canhanduba e Barra do Rio, vinculado à igreja católica. Agostinho tinha uma placa de bronze no obelisco da Igreja Matriz (também foi roubada) e recentemente recebeu a homenagem de ter seu nome inscrito na avenida que margeia o canal de

retificação do rio Itajaí-Mirim, no Bairro Cordeiros. Portanto, foi colocado em um segundo plano na história da cidade, perdendo espaço para os republicanos e, dentre estes, para as famílias vinculadas por laços de compadrio ao coronel José Henrique Flores (nome de rua no novo loteamento na localidade de Carvalho).

Depois de Arzão chegaram pessoas de todos os lados: São Francisco do Sul, Desterro, São Miguel, Porto Belo, Armação do Itapocorói e até Paranaguá.

*Destes moradores muito pouco se guardou a não ser alguns dos nomes e a vaga localização das suas terras.*

*Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho tinha casa e plantações nas terras do bairro da Fazenda; José Coelho da Rocha plantava nas terras do hoje centro da cidade, embora morasse do outro lado do rio; José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa moravam em Canhanduba e Itaipava; e Matias Dias de Arzão tinha fazenda nas terras da Barra do Rio. (D'ÁVILA, 1982, p. 18).*

Pescadores, lavradores, faiscadores de ouro e carpinteiros de ribeira, todos juntos mereceram uma das placas de bronze afixadas no obelisco de granito próximo à Igreja Matriz. Os Arzão, Coutinho, Rocha, Negreiros, e tantos outros vicentistas e açorianos, passaram à história de Itajaí através do obelisco da Igreja Matriz como um grupo de pioneiros. Contudo, seus nomes e rostos não constam em qualquer monumento ou obra pública. São, portanto, esquecidos pela história e pela cidade que ajudaram a construir.

### **Negros, sindicalistas, líderes de esquerda**

Um outro esquecimento histórico, que denuncia a luta de classes que vem sendo travada na cidade de Itajaí desde os seus primórdios - transpondo os mais variados modos de produção - como escravagismo, feudalismo e capitalismo - bem como momentos históricos: colônia e império, monarquia e república, ditadura e democracia - diz respeito aos negros. Apesar do censo demográfico de 1840 notificar a existência de onze por cento de negros na cidade - uma população estimada em cerca de 163 negros para um total de 1404 habitantes - praticamente poucos foram os negros que conseguiram destaque na cidade a ponto de merecer referência para denominar uma obra pública.

A Dona Caetana, que dá nome ao Ribeirão da Caetana; o líder sindical Sebastião Lucas Pereira, que nomeia o Clube Sebastião Lucas, na Vila Operária, conhecido por muitos na cidade

como o “Salão dos Pretos”; e o médico Pedro Ferreira (descendente afro-baiano, prefeito de Itajaí, presidente da Câmara de Vereadores, Deputado Estadual e Federal, jornalista) são exceções.

O mesmo vale para os líderes sindicais, principalmente aqueles que lutaram pelos interesses dos trabalhadores vinculados ao Porto de Itajaí. É o caso de Luiz Bento, Francisco Chrispin da Costa, Pedro Paulo Gonçalves, Celso Lopes de Mello, Bernardino Neves, Artur Raulino e Preto Constantino, fundadores da Sociedade Beneficente XV de Novembro, primeiro movimento visando dar aos trabalhadores e seus familiares assistência social. Alguns receberam homenagens periféricas, tímidas se comparadas com as homenagens prestadas aos seus patrões - armadores e comerciantes vinculados ao porto. A exceção deste grupo cabe a Pedro Antônio Fayal que cede nome ao Colégio Cenequista Pedro Antônio Fayal, na Vila Operária. Aliás, até gente foi presa e perseguida por causa da criação do colégio e a escolha desse nome.

Também foram esquecidos e/ou relegados a um segundo plano na história da cidade os fundadores da Caixa Especial Beneficente dos Estivadores de Itajaí, como Policarpo Fernandes de Oliveira, Manoel Sepedro Rodrigues, Reinaldo Pereira da Silva. A Caixa é a célula fundante do importante Sindicato dos Estivadores de Itajaí, a quem a cidade deve tributo. Na verdade esta história da organização operária em Itajaí revela dois grandes esquecimentos históricos: a importância do operário no desenvolvimento da cidade, e a importância dos grupos políticos de esquerda na organização dos trabalhadores por seus direitos. É que um número expressivo destes líderes era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e outras agremiações de esquerda. Exemplo desta dupla militância é Firmino Rosa (negro, militante partidário e líder sindical). Assim como estão esquecidos muitos daqueles que lutaram contra a ditadura instituída em 1964. Presos e perseguidos políticos, como: Nelly Cauduro Picolli, Waldevino Vieira Cordeiro, José Adil de Lima e José dos Santos Bernardes, o Zé do Urso, presidente do Sindicato dos Estivadores, entre tantos outros.

### **Estratégias matrimoniais e de parentesco**

Como podemos constatar, denominar obras públicas é por si um ato político que interessa à elite dominante. É esta a primeira das estratégias que ela monta para consolidar seu poder e torná-lo hegemônico junto à comunidade. Mas a elite dominante possui muitas outras estratégias, além do esquecimento histórico proposital e da denominação de obras públicas com os nomes de

seus filhos e aparentados. Entre estas estratégias está o cunhadismo e suas variantes, tais como o compadrio (apadrinhamento) e o clientelismo.

Estudiosos da história catarinense sempre fazem referência em seus escritos às diversas estratégias que as elites utilizam para manterem sua estrutura de dominação e poder, destacando entre estas a endogamia e as diversas estratégias matrimônias e de apadrinhamentos. Giralda Seyferth (*Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania: a integração alemã e o estado brasileiro*); Marlene de Fáveri (*Moços e Moças para um Bom Partido: a construção das elites – Itajaí, 1929-1960*) e José Roberto Severino (*Itajaí e a Identidade Açoriana: a maquiagem possível*) se destacam entre estes autores.

Marlene de Fáveri ao estudar o Clube dos XX, associação fundada em 1929 por jovens solteiros da elite itajaiense, conclui que:

*[...] laços de casamento também permitiram ascensão, conquistas de posições e papéis públicos, legitimados no privado, lembrando que público e privado se entrecruzam. Nesse sentido, esta elite, vistas as especificidades neste estudo, possivelmente se construiu e se identificara por sentimento de pertencimento à mesma fração de classe, por relações de sociabilidade, parentesco, casamento, estabelecendo uma geografia bastante peculiar e fechando redes em torno de si.*(1998, p. 147)

José Roberto Severino orientando-se na análise feita por Eni de Mesquita Samara sobre a sociedade paulista no século XIX e por Giralda Seyferth sobre os imigrantes alemães no Brasil, conclui com Marlene de Fáveri nos seguintes termos:

*[...] as estratégias de matrimônio parecem ter criado e afirmado a distinção, ajudando a constituir uma elite mista etnicamente, apoiada no porto e no comércio. Atitudes e estratégias que demarcaram os limites e as possibilidades de participação, em práticas geradoras de distinção, deixando claro que as exceções apenas afirmavam as regras de exclusão, numa rede que definia as citadas estratégias, estendendo-se por vários lugares.* (1999, p. 166)

Quer dizer, segundo esses autores são as estratégias de vínculos familiares, enquanto ações que implicam diretamente sobre os setores econômico e político, que viabilizam o surgimento, fortalecimento e manutenção do fenômeno oligárquico em Itajaí e sua extensão a todo o território catarinense.

Falar em política no estado de Santa Catarina é falar em oligarquia. E falar em poder oligárquico no estado é falar de Itajaí. A cidade é berço da poderosa oligarquia Konder - que

durante anos dividiu o poder no estado com a oligarquia Ramos - e a oligarquia Müller. Ambas mantiveram seus membros no poder até a contemporaneidade. Os Konder (Jorge, Antônio, Paulo, Paulinho) são atores vivos no cenário político catarinense durante todo o regime ditatorial e depois dele; Colombo Machado Salles é o último representante da oligarquia Müller que esteve diretamente em cargos de comando político, mas outros membros da família continuam assumindo cargos de relevo na burocracia estatal em Itajaí, Florianópolis e Brasília.

Darcy Ribeiro define **cunhadismo** como: *“A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo”*. (1995, p.81).

Outra prática política derivada do *cunhadismo* é o *compadrio*, conforme nos mostra VITA (1991, p.52):

*Uma instituição, particularmente, tinha uma grande importância para abrandar a imposição da vontade do mais poderoso: o **compadrio**. O homem pobre buscava no batismo uma forma de conseguir a proteção de uma pessoa rica e influente, quase sempre o fazendeiro de quem dependia.*

*[...] é por aí que o **apadrinhamento** e o **clientelismo** se incorporaram à vida pública brasileira: o afilhado que conseguiu um cargo na administração pública graças à influência de seu padrinho tem a obrigação de retribuir o favor, apoiando-o quando necessário.”*

Quer dizer, pela estratégia da endogamia as famílias ricas e poderosas formavam uma estrutura sub-reptícia de mando e loteamento do poder. Como as famílias pobres não podiam contar com o mesmo artifício, o de casar um filho com alguém rico, utilizavam a variante do apadrinhamento. Então, casamento, batizado, primeira comunhão, cargos públicos, favores pessoais (clientelismo), passaram a constituir verdadeiras instituições nacionais, instâncias próprias de decisão e distribuição do poder, conforme alerta VITA (1991, p.48):

*As relações de dominação entre fazendeiros e seus agregados e camaradas, entretanto, se constituíram no mundo rural brasileiro como um todo... A prática do favor, porém, [...] não parece ter sido “privilégio” somente do mundo sertanejo: ela penetrou fortemente na vida social e política brasileira, em particular na administração pública. No limiar do século XXI, práticas como o **clientelismo**, o **apadrinhamento** e o **filhotismo**, tão próprias de um Brasil que alguns chamaram de “atrasado”, estão ainda presentes nas ações de nossos governantes e na cultura política brasileira em geral.*

## O nascimento da oligarquia Konder

Um bom exemplo de como funcionava o sistema de cunhadismo pode nos ser dado pela família Flores. Da árvore genealógica do coronel José Henriques Flores participam membros das famílias: Schmitt, Malburg, Pereira Liberato, Konder, Bornhausen, Reis, Silveira, Régis e Lins. Com a morte de Agostinho Alves Ramos em 1853 o tenente-coronel da Guarda Nacional José Henriques Flôres assume o controle do grupo conservador que mantinha a hegemonia política de Itajaí. O coronel Flores era proprietário de grande extensão de terra entre Ilhota e Gaspar, foi presidente da Câmara de Vereadores e governou Itajaí no período que vai de sua emancipação até o ano de 1877. Era muito ligado a Agostinho, a ponto de colocar o nome de um de seus filhos de Agostinho Flores, que casou com Gertrudes Maria Malburg (família rica e poderosa de Itajaí, dona da Companhia Malburg). Foi deste ramo dos Flores que nasceu Mário César Flores, ministro da Marinha do Governo Fernando Collor.

Ainda pelo sistema de endogamia, a filha do coronel Flores, Maria Clara Flores, casou com o líder político Joaquim Pereira Liberato, de uma das mais influentes famílias republicanas de Itajaí, com quatro nomes fortes no poder local, presidentes da Câmara de Vereadores: o próprio Joaquim, José Pereira Liberato (nome da maior rua de Itajaí, que corta o município no sentido norte-sul, indo da Barra do Rio até o Clube Itamirim), Emanuel Pereira Liberato, Antônio Pereira Liberato. O filho do coronel, Thomás de Aquino Flores, casou a filha Luíza Flores com Bruno Schmitt (parente do administrador da Cia. Malburg), avós de Arnaldo Schmitt Júnior (prefeito de Itajaí por dez anos, deputado federal e secretário estadual no Governo Paulo Afonso).

Já Adelaide Flores casou com Marcos Konder Sênior, patriarca da oligarquia Konder e cujos descendentes se tornaram herdeiros político do coronel Flores. Deste matrimônio nasce Adolpho Konder (governador, deputado, secretário de estado - nome da avenida que dá acesso ao centro de Itajaí pelo lado Oeste); Victor Konder (ministro - nome oficial da Avenida Beira-Rio, entrada sul da cidade); Marcos Konder (prefeito, deputado - tem o nome na avenida mais central de Itajaí, bem como no prédio que abriga atualmente o Museu Histórico de Itajaí, antiga sede da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Tem um busto defronte ao Museu, na entrada da Rua Hercílio Luz, ponto central da cidade).

Muitos outros nomes da família recebem homenagens em bens públicos, como: Elisabeth Konder (nome de escola); Oswaldo Reis (tem seu nome na rodovia que liga os municípios de

Itajaí e Balneário Camboriú); Adelaide Konder (teatro da Univali), Marieta Konder Bornhausen (Hospital e Maternidade). Marieta Konder casou com Irineu Bornhausen (nome da praça em frente à Igreja Matriz e da avenida que dá acesso ao centro pelo lado norte – conhecida popularmente como *caninana*), tendo os filhos: Paulo Konder Bornhausen (foi presidente da Assembleia Legislativa); Roberto Konder Bornhausen (foi presidente do conselho diretor do Unibanco, casado com Rosy Santos Lins, filha do banqueiro Genésio Miranda Lins – vereador, deputado federal e suplente de senador, pai do deputado estadual Eduardo Santos Lins. Genésio nomeia a Fundação Cultural curadora do Museu Histórico de Itajaí e Arquivo Histórico de Itajaí, e a praça principal do bairro Fazenda. Sua casa foi restaurada e abriga o Arquivo Histórico); Jorge Konder Bornhausen (Vice-governador, governador, senador, ministro da Educação, presidente nacional do PFL. Pai de Paulo Roberto Barreto Bornhausen - deputado federal e estadual, presidente estadual do PFL, líder do governo na Assembleia; e Fernanda Maria Sá – secretária estadual no governo Paulo Afonso).

Elisabeth Konder casou com Oswaldo Reis, de cujo matrimônio nasceram: Antônio Carlos Konder Reis (vice-governador, governador por duas oportunidades, senador, deputado federal); Maria Pompéia (casada com Nicolau Fernando Malburg, adido militar em Paris e secretário de estado no Governo Konder Reis); Victor Oswaldo Konder Reis (Presidente do BESC e Telesc, secretário estadual da agricultura).

Marcos Konder (Prefeito de Itajaí durante quinze anos) casou com Maria Corina Régis (socialista, amiga de Luis Carlos Prestes, irmã de Gustavo Lebon Régis – deputado federal, secretário de estado). A filha Maria Luísa casou com Evandro Lins e Silva (Ministro-chefe do Gabinete do Governo Jango, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e de Relações Internacionais. Membro da Academia Brasileira de Letras). O neto Rodolfo Oswaldo foi secretário de cultura do Governo Maluf, em São Paulo.

Um bom exemplo de cunhadismo pode ser dado com a família de Manoel Vieira Garção. Apesar do seu nome não parecer ter qualquer vínculo com a família Konder, na verdade ele é tio de Victor Oswaldo Konder Reis e de Antônio Carlos Konder Reis. Manoel Vieira Garção é nome de rua no centro da cidade. Também mantém parentesco com Delfim de Pádua Peixoto (foi presidente da Assembleia Legislativa).

O historiador Édison d'Ávila no livro *Pequena História de Itajaí* dá uma mostra de como o sistema de relações entre as famílias funcionou na cidade desde a sua fundação, ao relatar o que acontecia na residência dos pais do governador Lauro Muller:

*Seu pai integrara a leva de alemães que se estabeleceram na colônia São Pedro de Alcântara em trabalhos agrícolas. Não tendo sucesso lá, Pedro Muller, a mulher e os primeiros filhos se mudaram para Itajaí, onde o chefe da família se estabeleceu como comerciante de fazenda e armarinhos. Sua casa, embora modesta, era um ponto de referência na Vila. Nela se hospedavam as pessoas graúdas e as autoridades que passassem por Itajaí.*

*Foi neste ambiente de colono germânico, lojista, boticário e compadre de todo mundo que o pequeno Lauro recebeu os primeiros ensinamentos da sua educação [...] (1982, p. 99).*

O termo “compadre de todo mundo” parece indicar justamente que as relações dos Müller com algumas famílias catarinenses iam além de simplesmente atender o balcão de sua pequena loja de armarinhos. Assim também aconteceu com os Konder, uma vez que Marcos Konder Sênior, o patriarca da oligarquia Konder, chegou à Itajaí para ser professor de alemão dos filhos do empresário Nicolau Malburg: *“Depois de um ano, seu contrato foi rescindido e começou a dedicar-se aos negócios de Malburg. Granjeou a confiança do empresário que o nomeou seu procurador, passando a ocupar a direção geral da empresa sempre que ele viajava para a Alemanha”.* (ROTHBARTH, 2001, p. 195).

Além de ser casado com Adelaide Flores, filha do coronel Flores, Marcos Konder Sênior no começo de sua vida ainda pode contar com a ajuda de amigos: *“Desligou-se da Cia. Malburg e estabeleceu-se com uma pequena loja na Rua Municipal[...] Para iniciar seus negócios, contraiu pequenos empréstimos com seu amigo, o comerciante suíço Samuel Heusi, e com Fernando Hackradt, fundador da casa Hoepcke, no Desterro[...].* (ROTHBARTH, 2001, p.196).

### **Elite versus elite**

Acontece que a história nem sempre confirma essa tendência inicial de uma família tornar-se oligárquica. A cidade de Itajaí, por exemplo, tem diversos casos de famílias que estavam se direcionando para consolidar seu poder através de gerações, mas que por circunstâncias históricas viram seus projetos políticos esvaziados. É o caso da família Pereira Liberato.

A família Pereira Liberato ascendeu ao poder ainda no império, vindo a se tornar mais forte com o advento da república. Quatro de seus membros chegaram a ocupar a presidência da Câmara tornando-se uma família influente também no círculo político estadual, com José Pereira



Liberato chegando ao cargo de deputado provincial e terceiro vice-presidente da província de Santa Catarina (ocupou interinamente o governo diversas vezes).

O nome Pereira Liberato está diretamente vinculado ao processo de criação do Município de Itajaí, bem como na estruturação do regime republicano em Itajaí e no Estado de Santa Catarina. Foi Antonio Pereira Liberato que chegando a Itajaí em 1850 trouxe para a cidade as ideias liberais, fundando o Partido Liberal e fazendo oposição política aos conservadores vinculados a Agostinho Alves Ramos (eleito deputado provincial em diversas legislaturas), o coronel José Henriques Flores (presidente da Câmara e prefeito de Itajaí da fundação até 1877) e Nicolau Malburg (presidente da Câmara e três vezes vereador, fundador da Companhia Malburg).

Junto com o coronel Fontes (Manoel Antônio Fontes) Pereira Liberato fundou em 1887 o Club Republicano Federativo de Itajahy que teve como primeiros diretores: Emanuel Pereira Liberato, Manoel Antônio Fontes, Júlio Sales, Carlos Severiano Müller. Quando da posse de Lauro Müller no governo do Estado de Santa Catarina foi formado o Conselho de Intendência Municipal tendo à frente Emanuel Pereira Liberato.

O ocaso político da família Pereira Liberato ocorre quando da dissensão entre republicanos históricos, autênticos, e republicanos por conveniência – grupo integrado por políticos monarquistas que aderiram ao novo regime republicano com o único objetivo de manter privilégios conquistados no antigo regime. A primeira briga entre os dois grupos deu-se quando da indicação do candidato da cidade ao Congresso Constituinte do Estado, quando logrou indicação Pedro Ferreira e Silva (republicano novo, prefeito, vereador, presidente da Câmara, deputado estadual e federal. Tem seu nome em uma das ruas mais antigas), que venceu o histórico Emanuel Pereira Liberato. A segunda e definitiva briga, que ocasionou séria defecção nas hostes republicanas ocorreu com a eleição de Eugênio José Muller (nome da rua defronte ao Porto de Itajaí) como primeiro Superintendente Municipal em 1891.

Os republicanos históricos, capitaneados por Emanuel Pereira Liberato e Manoel Antônio Fontes aderiram ao Partido Federalista e iniciaram uma sistemática oposição ao Governo Lauro Muller, em nome da “pureza republicana” que culminou com sua renúncia e a impossibilidade da posse do superintendente eleito, Eugênio José Muller. Com a ajuda do Tenente Manoel Joaquim Machado os revoltosos tomaram o poder em Itajaí em maio de 1892, elegeram para o novo Congresso Constituinte do Estado o federalista Emanuel Pereira Liberato e para a presidência da Câmara de Vereadores, Antônio Pereira Liberato.

Com o fracasso da Revolução Federalista em 1894 inicia-se o ocaso político da família Pereira Liberato, cujos integrantes mais destacados no cenário político só escaparam da sina do interventor Moreira César porque o interventor nomeado para Itajaí, tenente Lopes, adotou uma linha mais moderada e praticamente não cometeu atos de vingança contra os federalistas revoltosos. É claro que neste momento funcionou também o sistema de cunhadismo, já que a família Pereira Liberato mantinha, via casamento, batizado, filhotismo, laços estreitos com as famílias que agora passavam a deter o poder na cidade e no Estado.

Um exemplo ainda mais consistente de uma família que tendia à oligarquia é a família Muller, introduzida no cenário principal da política catarinense e brasileira pelo militar republicano Lauro Severiano Muller. Considerado como “o maior dos catarinenses” Lauro Severiano Muller tem realmente um currículo invejável: general, senador por cinco vezes, deputado federal em três oportunidades, governador de Santa Catarina duas vezes, ocupou ainda os cargos de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo Rodrigues Alves, e Ministro das Relações Exteriores do Governo Hermes da Fonseca. Foi membro da Academia Brasileira de Letras por seu notório saber e extraordinária capacidade de orador.

Discípulo do positivista Benjamin Constant (nome de rua em Itajaí) na Escola Militar no Rio de Janeiro, aos 26 anos de idade foi indicado como o primeiro governador republicano de Santa Catarina. Lauro Muller utilizou de uma estratégia muito interessante, já que deixava as coisas da política catarinense com o seu aliado Hercílio Luz, enquanto se envolvia mais com o cenário político nacional. Em 1918, diante da cisão da força republicana no estado, candidatou-se ao cargo de governador como candidato consensual, mas ao vencer a eleição, renunciou de imediato, dando lugar ao seu aliado político Hercílio Luz (nome da principal rua comercial da cidade e do estádio do Clube Náutico Marcílio Dias). Com este estratagema conseguiu o que parecia impossível para muitos naquele momento político de Santa Catarina. Em Itajaí consolidou a carreira política de seu filho Andrade Muller (deputado federal e nome de rua na Vila Operária, hoje trocado pelo nome de José Eugênio Muller); seu irmão Eugênio Luis Muller (deputado federal e vice-governador, nome da avenida defronte ao Porto de Itajaí – Coronel Eugênio Muller); e de seu sobrinho, José Eugênio Muller (Deputado federal e prefeito da cidade carioca de Friburgo).

Com a morte de Hercílio Luz em 1924 e Lauro Muller em 1926, chegou a vez dos Konder. Marcos Konder mandava em Itajaí, Adolpho Konder liderava em nível estadual e Victor Konder tratava das questões em nível nacional. Os Konder, que se firmaram na política à partir

da Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910, demonstravam acima de tudo estarem muito bem preparados para governar.

Enquanto a Revolução de 30 foi um momento delicado para a família Konder (uma vez que o prefeito Marcos Konder teve de se manter na oposição à Aliança Liberal de Getúlio Vargas porque seu irmão Victor Konder era ministro do Governo Washington Luis), os Müller aderiram à Aliança Liberal ao lado de uma outra família que rompeu com os Konder, os Ramos. (Vidal Ramos tem seu nome na praça da igreja; Nereu Ramos, Aderbal Ramos da Silva e Celso Ramos, são nomes de ruas também no centro). Os Konder ficaram por quinze anos na oposição, durante toda a existência da Segunda República e Estado Novo. Neste período houve uma migração da família para Santos-São Paulo-Rio de Janeiro.

Apesar dos encontros e desencontros ao longo da história, a verdade é que a elite sempre teve a capacidade de se manter no poder. O PTB em Itajaí, por exemplo, nunca foi um partido realmente popular. Não obstante ter em suas fileiras membros da esquerda radical (comunistas), seu controle sempre esteve nas mãos do jornalista conservador Abdon Fóes (prefeito nomeado em duas oportunidades e vereador. É nome de loteamento em Cordeiros), que participou da Aliança Liberal junto com José Eugênio Muller. Seu irmão, Alfredo Fóes, atuou como interventor em vários municípios catarinenses, enquanto seu filho Félix Albino Fóes foi vereador por duas vezes, sendo que nas duas oportunidades respondeu como presidente da Câmara.

O mesmo aconteceu com o MDB/PMDB na história recente da cidade. Quando os conservadores (ARENA) perderam o poder, o entregaram para o grupo moderado, também de direita, liderado por Arnaldo Schmitt Júnior (que tinha sido deputado federal pela ARENA apadrinhado por Antônio Carlos Konder Reis), em detrimento do grupo mais a esquerda liderado por Paulo Henrique Ternes e Anita Pires. Os próprios Konder e Ramos, antes da disputa pela hegemonia política em Santa Catarina conviveram juntos sob a orientação política de Hercílio Luz e Lauro Muller. Natural, portanto, que voltassem a se unir durante o regime ditatorial de 64, abrigados na sigla situacionista ARENA.

Um exemplo da defecção na elite e posterior acerto político pode ser dado também pela Campanha Civilista de 1910, em Itajaí. “[...] foi então que, para apaziguar a vida itajaiense, Lauro Muller, a exemplo do que vinha fazendo no resto do estado, abriu as portas do Partido Republicano da situação aos civilistas. Era a famosa *fusão* [...]” (D’ÁVILA, 1982, p.58-9).

### **Considerações finais**

De certa forma podemos dizer que na cidade de Itajaí a elite conseguiu manter-se no poder ao longo dos tempos, não obstante as muitas defecções em seus quadros e os diversos momentos de ameaça de ruptura radical no processo político, como a passagem da monarquia para a república, Revolução Federalista, Campanha Civilista, Revolução de Trinta, Golpe de 64 e a posterior abertura política com a volta à democracia. Mesmo em um momento de ruptura total, como a Revolução de Trinta, que “[...] abriu nova página na história de Itajaí pois que propiciou o surgimento de inúmeras lideranças políticas vindas das mais diversas camadas da população itajaiense”. (D’ÁVILA, 1982, p. 62), em um segundo momento praticamente todas estas lideranças (Alberto Pedro Werner, Francisco de Paula Seára, Juventino Linhares, Immanuel Currin, Abdon Fóes, Arno Bauer, Heitor Liberato, Francisco de Almeida entre tantos) já estavam politicamente assimiladas dentro do contexto, não representando ameaça consistente ao poderio oligárquico.

O poderio político de uma família oligárquica é de tal envergadura que mesmo quando a sociedade passa por transformações radicais ela pode sobreviver no poder. Nesta questão podemos considerar a família Konder como emblemática, uma vez que o Brasil manteve-se sempre capitalista, participando da Guerra-Fria contra os comunistas, acoplado ao império americano, e vencendo. Os Konder de Santa Catarina (Jorge Konder Bornhausen, Antônio Carlos Konder Reis, Paulo Konder Bornhausen) lutaram contra o comunismo de Luis Carlos Prestes, venceram e hoje estão mais poderosos do que nunca. Mas caso Luis Carlos Prestes e a esquerda tivessem vencido esta guerra dificilmente a oligarquia Konder ficaria fora do poder, uma vez que um ramo da família (no Rio de Janeiro e São Paulo) desde o início se vinculou intimamente ao líder comunista Luis Carlos Prestes, fazendo escola no Partido Comunista Brasileiro e em muitos outros partidos de esquerda. Desta linhagem dos Konder temos nomes de destaque como: Fábio Konder Comparato, Valério Konder, Leandro Konder, Victor Márcio Konder Reis (secretário particular de Luis Carlos Prestes) e a matriarca dos Konder no Rio de Janeiro, Maria Corina Régis Konder, a Sinhá Konder, socialista convicta e pessoa de confiança, do líder comunista.

A oposição tem o hábito de ganhar, mas não levar. O mesmo que aconteceu com os republicanos aconteceu com a oposição ao regime ditatorial de 1964. Após anos de luta do MDB contra a ditadura da ARENA na cidade de Itajaí, em 1982 o MDB venceu a eleição para prefeito colocando no cargo um herdeiro dos Konder, o ex-deputado federal arenista e apadrinhado político de Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Schmitt Júnior. A oposição ganhou a eleição,

mas ficou novamente sem o poder. Anita Pires, Paulo Ternes, Círio Arnaldo Vicente, foram, um a um, sendo destituídos do poder gradualmente. O próprio MDB foi passando por um depuramento ideológico, com a saída gradativa dos históricos.

Quer dizer, o Brasil capitalista tem em Jorge Konder Bornhausen um articulador político que transita com desenvoltura pelos corredores do Congresso Nacional e Palácio da Alvorada. Um Brasil comunista teria em Fábio Konder Comparato um ministro da justiça. Pode até ser irônico, mas completamente factível. Assim, a oligarquia permanece para além das ideologias, modo de produção, sistema e regime de governo. É onipresente e onisciente, quase um leviatã, cujos tentáculos invisíveis são seus gens.

A permanência dos Konder no poder ao longo da história da cidade está materializada de forma visível nas placas que denominam as vias públicas mais importantes (avenidas Coronel Marcos Konder, Governador Adolpho Konder, Ministro Victor Konder); praças (Irineu Bornhausen, Genésio Miranda Lins); obras públicas diversas (ponte Marcos Konder, palácio Marcos Konder, Escola Elisabeth Konder, Teatro Adelaide Konder); assim como nas ações que visam restaurar e preservar o patrimônio cultural e arquitetônico da cidade (Casa Malburg, Casa Konder, Casa Lins); e no nome de instituições importantes (Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, Fundação Genésio Miranda Lins).

Este registro no espaço público de nomes vinculados à classe dominante e principalmente ao poder familiar oligárquico, dá-se vinculado ao processo sistemático de “esquecimento” de todas as demais forças políticas que contribuíram para a construção da cidade, tais como: colonos, faiscadores de ouro, lavradores, carpinteiros de ribeira, pequenos comerciantes e prestadores de serviço de origem açoriana ou vicentina (fora do círculo dos imigrantes europeus continentais – principalmente os alemães); negros, silvícolas e mestiços; trabalhadores (industriais e portuários); líderes sindicais e políticos de esquerda; mulheres, etc. O registro histórico, portanto, passa a constituir um poderoso expediente ideológico a serviço da elite dominante, evidenciando a naturalidade desta dominação, bem como uma pretensa harmonia social e o completo mascaramento da luta de classes em nossa sociedade.

A elite itajaiense utilizou diversas estratégias para manter o poder, servindo-se em especial de instituições como o **coronelismo**, **clientelismo**, **filhotismo**, **cunhadismo**, **apadrinhamento** (batizado, casamento, primeira comunhão, filiação partidária, indicações e candidaturas), sem falar em expedientes de controle do eleitorado, tais como o voto de cabresto. Entre estas estratégias, a mais consistente é a da **endogamia**, que consiste em casar os filhos das

famílias ricas entre si, em um sistema semi-fechado de tal sorte a surtir o efeito social, político e econômico muito próximo à de uma casta. A eficiência da endogamia deve-se em especial ao fato de que não se trata de um sistema completamente fechado, possibilitando desta forma que as famílias ricas, quando ameaçadas pela ascensão política de um estranho, possam cooptá-lo rapidamente através do casamento.

*Chego, então, à conclusão de que os enlaces dentro do mesmo grupo, ou fração de classe fechada que se constituiu no Bloco dos XX, para além de dissimular tensões, podem ter articulado laços solidários, mantendo entre eles boas relações – mesmo que por vezes fossem politicamente de partidos contrários e de origens étnicas diferentes, como no caso dos alemães e lusos. Possivelmente essas relações fossem mesmo uma forma de capitalizar distinções, granjear prestígio, ficar dentre os iguais, constituir a elite. (FÁVERI, 1998, p. 141)*

Outra estratégia que a elite possui, então, é a de ocupar todos os espaços relevantes na sociedade. Ou melhor, de dar ao espaço que ocupa um status significativo em relação aos espaços de sociabilidade ocupados pelas classes menos favorecidas. Os integrantes da elite ocupam espaços diversos de status social como pertencer à diretoria de clubes de serviço (Lions, Rotary), clubes recreativos (Sociedade Guarani, Almirante Barroso), partidos políticos, entidades culturais (Museu Histórico, Casa da Cultura, Fundação Cultural), filantrópicas (APAE), e também manterem vínculo econômico e de mando com o sistema de comunicação de massa (tevê, rádio, jornal).

Por conta de tudo isso que o próprio Marcos Konder ao escrever sobre a história de Itajaí no livro *A Pequena Pátria* não vacilou em usar o termo FEUDO para designar a ocupação sucessiva de cargos públicos por parte de membros da sua família:

*Pouco tempo depois de José Liberato coube a Presidência da Câmara ao meu avô, que, diga-se a verdade, foi um dos presidentes crônicos daquela época. Com pequenos interregnos José Henrique Flores governou Itajaí desde a sua fundação até 1877, entregando então o posto de vereador, espécie de **feudo** de família, ao seu filho mais velho José Henrique Flores Filho. (1982: pág. 80).*

Na semana em que escrevo este documento correm pela cidade quatro notícias que dizem respeito diretamente aos Konder. Na primeira delas, forças políticas vinculadas ao Governo Fernando Henrique Cardoso garantem estar trabalhando para obter a internacionalização e ampliação do Aeroporto de Navegantes (antigo Aeroporto de Itajaí – Salgado Filho) propondo

denominá-lo de Aeroporto Internacional Governador Adolpho Konder. Na segunda, a Academia Desterrense de Letras anuncia que deu posse ao acadêmico Artêmio Zanon na cadeira 21, cujo patrono é o poeta Marcos José Konder Reis. A terceira é a notícia de que o governador Esperidião Amin Helou Filho concedeu (in memoriam) a comenda Cruz e Souza para o poeta Marcos José Konder Reis. Ainda corre na cidade uma quarta notícia (à boca pequena), que diz respeito às possíveis candidaturas do deputado estadual Paulo Roberto Bornhausen ao governo do Estado, e de Antônio Carlos Konder Reis para prefeito de Itajaí em 2004.

Como podemos perceber, pelo menos aqui em Itajaí, muitas placas ainda deverão ser inauguradas contendo os nomes Konder-Reis-Bornhausen...

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ÁVILA, Edison. *Pequena História de Itajaí*. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1982.

FÁVERI, Marlene de. *Moços e Moças para um Bom Partido: a construção das elites – Itajaí, 1929-1960*. Itajaí: Univali, 1998.

FLORIANO, Magru. *Quem Escreve em Itajaí*. Itajaí: Brisa Utópica, 2001 (disquete/xerox).

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: companhia das Letras, 1995.

ROTHBARTH, Marlene Dalva da Silva; DA SILVA, Lindinalva Deólla. *Famílias de Itajaí – mais de um século de história*. Itajaí: Odorizzi, 2001.

SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a Identidade Açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Univali, 1999.

VITA, Álvaro de. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.